

Manual apresenta técnicas para formar mediadores e conciliadores



O “Manual de Mediação e Conciliação da Justiça Federal” foi lançado na sexta-feira (31/5) no encerramento do seminário “Caminhos para o Consenso”, realizado em São Paulo pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

A publicação, editada pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), apresenta princípios, diretrizes, técnicas e simulações para subsidiar a formação de mediadores e conciliadores. A formação e o treinamento desses agentes são tidos como estratégicos para que se avance, no Sistema de Justiça, os meios alternativos de resolução de conflitos.

O lançamento do manual foi feito posteriormente à apresentação, no seminário, da pesquisa “Mediação e Conciliação Avaliadas Empiricamente”, que mostrou o impacto dos meios consensuais de resolução de conflitos para reduzir a alta litigiosidade no país.

De acordo com a pesquisa, na Justiça do Trabalho quase 40% dos processos em fase de conhecimento de primeiro grau solucionados por acordos entre as partes. Na sequência, figuram a Justiça Estadual (14,2%) e a Justiça Federal (9,4%).

O lançamento do manual, conjugado com os dados do estudo, joga luz sobre o emprego da mediação e conciliação, num estímulo adicional para que se amplie o emprego dessas técnicas, evitando o excesso de judicialização. Confira a íntegra da pesquisa no link <https://bit.ly/2KsXKAd>.

Ao abordar os desafios para a capacitação de mediadores e conciliadores, a presidente da Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania do CNJ, conselheira Daldice Santana, relacionou os meios

alternativos de resolução de conflitos ao exercício da cidadania. “Às vezes a gente esquece o artigo primeiro da Constituição Federal”, disse a conselheira ao se referir à cidadania como um dos fundamentos da Carta Magna. “A palavra que cabe é sensibilização, porque, os instrumentos legislativos (para fazer avançar a mediação/conciliação), nós temos.”

A conciliação e a mediação integram a Política Permanente do CNJ, consolidada por meio da realização da Semana Nacional da Conciliação e amparada pela Resolução CNJ nº 125/2010 e pela Lei da Mediação (Lei 13.140/2015).

O lançamento da publicação foi considerado um marco por magistrados, professores de direito e servidores do Judiciário presentes no seminário, que viram no manual um estímulo adicional para disseminar a cultura e a prática da conciliação em diferentes tipos de conflitos e com distintos agentes (setor público, empresas e pessoas físicas).

“É um marco histórico termos esse material”, disse o juiz federal Eivaldo Ribeiro. A publicação tem por autores Bruno Takahashi, Daniela Monteiro Gabbay, Maria Cecília de Araújo Asperti, além da conselheira Daldice Santana. “A ideia do manual não é apresentar um texto definitivo. É provocar debates”, comentou Bruno Takahashi.

Presente ao debate sobre a formação dos conciliadores e mediadores, o professor Carlos Alberto de Salles lembrou que questões éticas podem surgir a partir da tarefa de mediar e conciliar e informou aos participantes do seminário que o manual apresenta um capítulo destinado a princípios e código de ética para orientar a atuação desses agentes. (Fonte: CNJ)

Aniversariantes

Hoje: Manoel Carneiro Sepúlveda (NUCOD), Flávia Martins Barreto (Itabuna), Adla da Conceição Sousa (Irecê) e Flávio Pereira Cardoso (VIPAC). **Amanhã:** Gabriel Velame Branco (7ª Vara), Caroline Lordelo Nunes Figueira (18ª Vara), Jailson da Silva Lage (NUCJU) e Aldacy Marques Pinto (CEF).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Fotos, distribuição, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Tiragem:** 4 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.

STJ promove VI Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário

Nos dias 26 e 27 de junho, o Superior Tribunal de Justiça promoverá o VI Seminário Sustentável do Poder Judiciário, que visa debater a importância da gestão socioambiental nas instituições como um dos corolários do princípio constitucional da eficiência administrativa. Os debates previstos para este ano terão como foco o alinhamento das ações do Judiciário com os objetivos do desenvolvimento sustentável que compõem a Agenda 2030.

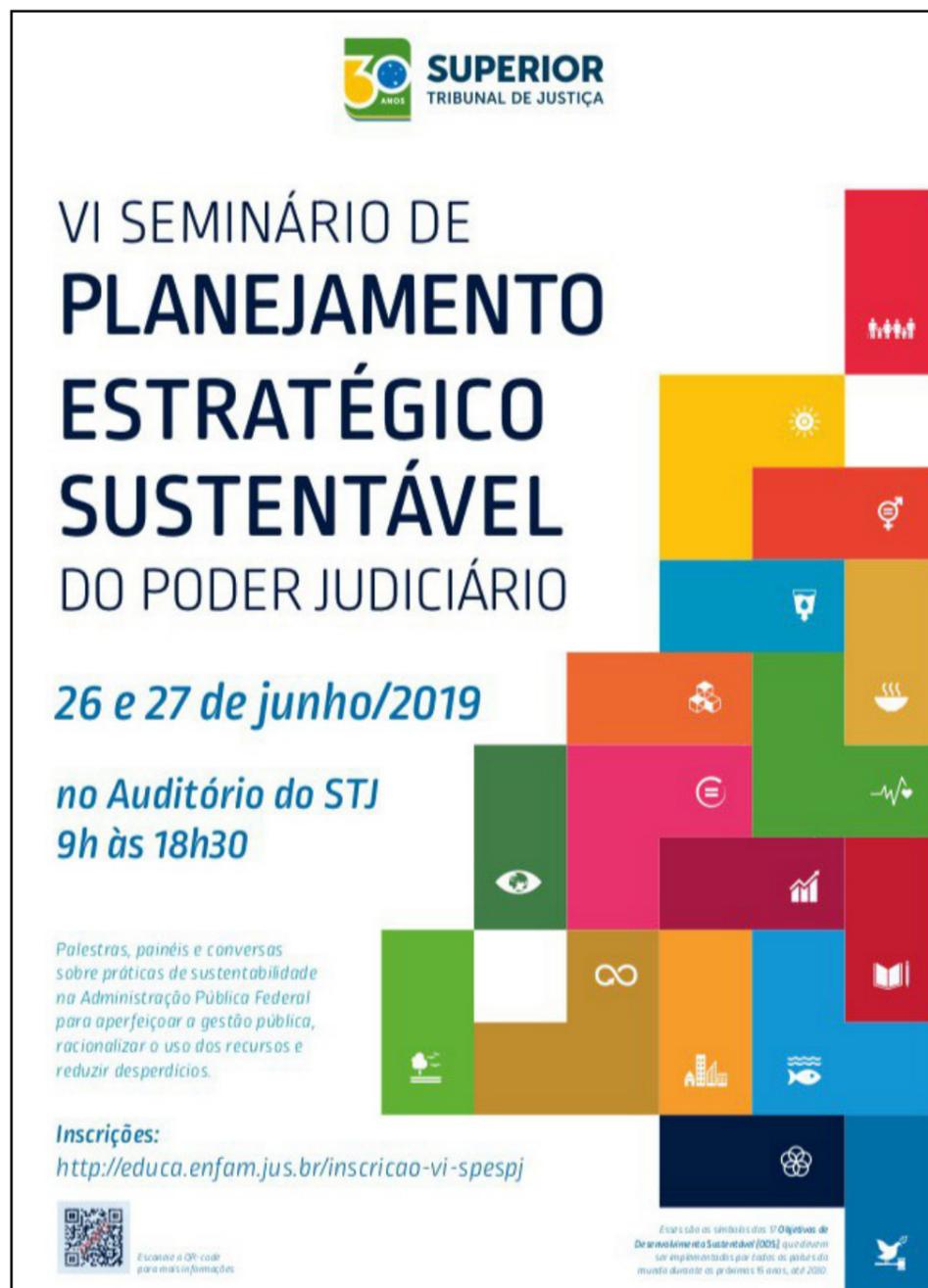
A primeira edição desse evento ocorreu em 2014, dela resultando a minuta da Resolução CNJ n. 201/2015. Nas edições seguintes, discutiram-se a aplicabilidade e os resultados práticos desse normativo, além de outros temas da agenda socioambiental (compras públicas sustentáveis, gestão de resíduos, gestão hídrica e energética, acessibilidade e inclusão, terceirização de serviços e inovação), sempre com expressiva participação de instituições públicas de todo país.

Segundo o presidente do tribunal, ministro João Otávio de Noronha, o seminário será uma oportunidade para de-

monstrar na prática o comprometimento da corte com o desenvolvimento sustentável. “O STJ é referência nas ações de desenvolvimento sustentável, e estamos sempre buscando novas formas de avançar. O planejamento estratégico sustentável significa fazer mais com menos recursos e fazer mais sem destruir o meio ambiente.”

O evento terá início às 9h, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília/DF. É voltado para magistrados e servidores públicos, especialmente aos que atuam nas áreas de planejamento estratégico, compras, contratações e gestão socioambiental.

As inscrições estão sendo realizadas no link: <https://bit.ly/2MKd7XZ> e mais informações poderão ser obtidas com a Assessoria de Gestão Socioambiental, pelo e-mail STJ.socioambiental@stj.jus.br ou pelo telefone (61) 3319-6781. É importante salientar que a Justiça Federal não custeará a participação dos servidores interessados em participar do referido evento.



30 ANOS SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

VI SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL DO PODER JUDICIÁRIO

26 e 27 de junho/2019

no Auditório do STJ
9h às 18h30

Palestras, painéis e conversas sobre práticas de sustentabilidade na Administração Pública Federal para aperfeiçoar a gestão pública, racionalizar o uso dos recursos e reduzir desperdícios.

Inscrições:
<http://educa.enfam.jus.br/inscricao-vi-spespj>

Escaneie o QR code para mais informações.

Este evento de caráter gratuito faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que deverão ser implementados por todos os países do mundo durante os próximos 15 anos, até 2030.